

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Brasília, 28 de novembro de 2016.

ABERTURA E INFORMES

A 3ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos foi aberta pelo Secretário Especial Adjunto de Direitos Humanos, Silvio Albuquerque, e o Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Frederico Coutinho, às 10 horas, na sala de reuniões do 9º andar, na sede da Secretaria Especial de Direitos Humanos, localizada no Setor Comercial Sul-B, Quadra 09, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Brasília/DF. Estiveram presentes: Ana Luiza Z. G. Villela (CNMP), Carla Souto (OEI), Daniel Arruda (Consultor da CGEDH/SEDH/MJC), Fábio Soares Eon (UNESCO), Fernanda Brito (CGEDH/SEDH/MJC), Gina Vieira Ponte de Albuquerque (Secretaria de Educação do GDF), Kathia Dudyk (Flacso), Paulo César Carbonari (IFIBE), Rafael Ferrari (CGDH/SECAD/MEC), Salete Sirlei Valesan Camba (Flacso).

Frederico Coutinho (SEDH)

O Chefe de Gabinete da SNPDDH justificou a ausência da Secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, que estava em viagem. E informou que os demais participantes da reunião, membros do Comitê, se integrarão ao grupo ao longo do dia, e iniciou a apresentação dos informes da reunião.

- Sobre a assinatura do *Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz e Direitos Humanos*, realizada no dia 24 de novembro de 2016, com adesão de diversas instituições de ensino e apoiadores, apontou as universidades e instituições que já aderiram ao Pacto.

1. Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
2. Universidade Estadual de Goiás;
3. Universidade Católica do Paraná;
4. Universidade de São Paulo;
5. Organização dos Estados Iberoamericanos;
6. Universidade de Santo Amaro;
7. Faculdade de Tecnologia de Jardim;
8. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso);
9. Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA/ONU;
10. Grupo Dignidade;

11. Federação Nacional das Associações Pestalozzi;
12. Conselho de Reitores Das Universidades Brasileiras;
13. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior;
14. Associação Nacional das Universidades Particulares;
15. Associação Nacional dos Centros Universitários – Anaceu;
16. Associação Brasileira das Universidades Comunitárias – Abruc;
17. Associação Brasileira dos Mantenedores de Faculdades – Abrafi; e
18. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Fernanda Brito (SEDH)

A Coordenadora-Geral de Educação em Direitos Humanos (SNPDDH/SEDH/MJC) acrescentou que o portal do Pacto já está disponível para receber novas adesões por meio do endereço eletrônico: educacaoemdireitoshumanos.mec.gov.br.

- Destacou o lançamento do *Primeiro Concurso Nacional de Pronunciamentos Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos*, cujas indicações poderiam ser realizadas até o dia 30 de novembro de 2016. Informou que o Edital foi lançado no dia 15 de novembro de 2016 e que todas as categorias já tinham candidatos inscritos. Apresentou as expectativas para as próximas edições, com um número maior de inscritos, e solicitou colaboração na divulgação. Explicou como funciona a indicação/inscrição, além de informar quais foram as categorias da respectiva edição, sendo 14 categorias:

1. Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; 2. Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa; 3. Garantia dos Direitos das Mulheres; 4. Garantia dos Direitos da População Negra; 5. Garantia dos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais; 6. Garantia dos Direitos dos Imigrantes e Refugiados; 7. Garantia dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT; 8. Garantia dos Direitos da População em privação de liberdade; 9. Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua; 10. Garantia dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com transtornos e altas habilidades/superdotação; 11. Promoção e Respeito à Diversidade Religiosa; 12. Prevenção e Combate à Tortura; 13. Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo; e 14. Tráfico de pessoas.

- Informou sobre o lançamento do Edital para seleção de organização da sociedade civil para a produção da 11ª Mostra Cinema e Direitos Humanos, cujas propostas poderiam ser apresentadas até dia 15 de dezembro de 2016. Mencionou que o prazo para inscrição de instituições se encontrava aberto, e que a previsão de execução da Mostra estava prevista para o primeiro semestre de 2017.

- Mencionou sobre a divulgação dos ganhadores da 22ª edição do Prêmio Direitos Humanos que estava disponível no site da SEDH (www.sdh.gov.br), listou e parabenizou os agraciados. Ainda, informou que a entrega da premiação estava prevista para o dia 14 de dezembro de 2016.

Vencedores do Prêmio Direitos Humanos 2016:

Categoria	Nome	UF
Educação em Direitos Humanos	Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP	DF
Comunicação e Direitos Humanos	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará	CE
Garantia dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT	Ernane Queiroz Moreira	DF
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	Central Única das Favelas/CUFA - Sergipe	SE
Garantia dos Direitos da Pessoa Idosa	Maria Leitão Bessa	AC
Inclusão da Pessoa com Deficiência	Katia Ferraz Ferreira	MG
Igualdade Racial	Sonia Aparecida Dos Santos	SP
Autonomia das Mulheres	Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Bahia - SPM/BA	BA
Garantia dos Direitos da População Indígena, Quilombolas e dos Povos e Comunidades Tradicionais	Instituto Raoni	MT
Garantia dos Direitos da População em Situação de Rua	Leonildo José Monteiro Filho	PR
Promoção e Respeito à Diversidade Religiosa	Márcio Vagner Dornelles Garcia	RS
Acesso à Documentação Civil Básica	Secretaria Estadual da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho de Goiás	GO
Defensores de Direitos Humanos - "Dorothy Stang"	Maria Antônia dos Santos	MA
Prevenção e Combate à Tortura	Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará - CEDECA/CE	CE
Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo	Marinaldo Soares Santos	MA
Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência	Centro de Referência em Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul	RS
Empresas e Direitos Humanos	Rede Brasil do Pacto Global	SP
Selo Nacional de Acessibilidade	Gol Linhas Aéreas	SP
Menção Honrosa	Comissão Nacional da Verdade	DF

- Citou a realização da Primeira Consulta do projeto para educação e prevenção de atrocidades massivas pelo Instituto Auschwitz para a Paz e Reconciliação (AIPR), programada para o dia 30 de novembro de 2016, com a participação do CNEDH. Acrescentou detalhes do projeto, informando que se encontra ainda em fase de concepção, com um orçamento de R\$ 2 milhões de reais a serem executados em 2 anos. E que a SEDH tem assessorado o Instituto Auschwitz, junto com a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), a identificar interlocutores estratégicos no Brasil para participarem da elaboração do Projeto.

Silvio Albuquerque (SEDH)

Neste momento, o Secretário Especial Adjunto deu boas vindas a todas e todos. Reforçou informações sobre os procedimentos para a entrega da 22ª edição do Prêmio Direitos Humanos e propôs a continuidade dos informes.

Daniel Arruda (SEDH)

Relatou trabalho desenvolvido em sua consultoria, a partir da apresentação (em anexo) sobre a consulta realizada pelo IPPDH para elaboração da proposta de diretrizes de educação em direitos humanos no âmbito da RAADH/MERCOSUL.

Fábio Eon (UNESCO)

Colocou o escritório brasileiro, junto ao escritório de representação UNESCO para o MERCOSUL, à disposição para colaborarem com o processo de construção das diretrizes. Aponta a UNESCO como parceira para a implementação do Pacto Universitário de Direitos Humanos, embora a representação no Brasil não tenha conseguido, por questões jurídicas, assinar o protocolo de adesão disponibilizado pela SEDH.

Silvio Albuquerque (SEDH)

Em complemento à fala do Sr. Fábio Eon, se disponibilizou para entrar em contato com a sede da UNESCO em Paris.

Fábio Eon (UNESCO)

Em resposta ao Emb. Silvio Albuquerque, destacou que considera interessante fazer esse contato com a UNESCO internacional, inclusive porque se coaduna com um chamado feito pela UNESCO ao Ministro da Educação.

Rafael Ferrari (MEC)

Reforçou o convite aos presentes para conhecer e aderir ao Pacto Universitário de Direitos Humanos.

Ana Luiza Z. G. Villela (CNMP)

Informou que a adesão do CNMP ao Pacto tramita na procuradoria jurídica apenas por questões de forma. Destacou que a adesão é certa e o texto é elogiável.

Fernanda Brito (SEDH)

Registrou que a professora Nazaré (UFPB) estava ausente apenas no primeiro dia da reunião em razão de agenda com o MEC no Rio de Janeiro, mas estaria presente a partir do dia seguinte. A professora Nair estava ausente por questões de saúde, mas provavelmente compareceria nos demais dias da reunião. E que a Daniella Veyga (UNE) e a professora Francisca Pini (IPF) tiveram problemas com a emissão de suas passagens, mas também chegariam no dia seguinte.

REGIMENTO INTERNO DO CNEDH

Fernanda Brito (SEDH)

Apresentou a última versão do Regimento Interno, avaliada pela assessoria jurídica da SEDH/MJC, e propôs que a sociedade civil tenha garantido o posto de vice-presidente do CNEDH, aumentando sua representatividade.

Silvio Albuquerque (SEDH)

Concordou com a proposta de alteração para ampliar a participação da sociedade civil, com a criação da vice-presidência do CNEDH. Sugeriu, como encaminhamento, que a CGEDH providencie a inclusão de um dispositivo de alteração da Portaria nº 372, de 25 de agosto de 2015, possibilitando contemplar essa alteração no Regimento Interno.

APRESENTAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DAS COMISSÕES TEMÁTICAS PERMANENTES

Fernanda Brito (SEDH)

Apresentou aos representantes das Comissões como estava prevista a dinâmica dos trabalhos, informando que aquele seria um período destacado na programação da reunião do CNEDH para encontro presencial das Comissões Temáticas e dos GTs. Em seguida, expôs apresentação (em anexo) com a formação das Comissões Temáticas e solicitou que os respectivos representantes compartilhassem o andamento dos seus trabalhos:

- Comissão de Educação Básica:

Composição: Profa. Nazaré, MEC, IDDH, Profa. Gina, 1 vaga (aguardando indicação)

Informes: integrantes presentes não tinham informes para apresentar.

- Comissão de Educação Superior:

Composição: Profa. Nair Bicalho, MEC, IFIBE, UNE, UNISINOS:

Informes: Carbonari (IFIBE) informou que a professora Nair promoveu uma consulta sobre a pauta da Educação Superior e a EDH, incluindo o Pacto, que está em processo de sistematização.

- *Comissão de Educação Não-Formal:*

Composição: SEDH, IPF, MINC, 2 vagas (aguardando indicação).

Informes: Fernanda (SEDH) informou que a SEDH tem a responsabilidade de conduzir as ações na pauta da educação não formal e tem desenvolvido ações para disponibilização orçamentária por meio de emendas parlamentares. Professor Carbonari (IFIBE) solicitou inclusão do IFIBE na *Comissão de Educação Não-formal* e confirmou participação na *Comissão de Educação Superior*, conforme sugestão do CNEDH na última Reunião Ordinária.

- *Comissão de Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança:*

Composição: CNMP, MNDH, MJC, MEC, 1 vaga (aguardando indicação).

Informes: integrantes presentes não tinham informes para apresentar. Fernanda (SEDH) apontou que esta comissão pode contribuir muito no concurso de sentenças e acórdãos.

- *Comissão de Educação e Mídia:*

Composição: FLACSO, MEC, OEI, UNESCO, MINC.

Informes: Salete Camba (FLACSO) informou que a comissão tem organizado sua pauta de ação e os contatos até o momento foram apenas por e-mail. Mais encaminhamentos serão dados na reunião de trabalho durante esta reunião. Apontou a importância de que esta comissão tenha a pauta de todas as outras comissões para divulgação.

APRESENTAÇÃO SOBRE ATIVIDADES DOS GRUPOS DE TRABALHO

- *GT de atualização do PNEDH:*

Composição: IFIBE, Profa. Nazaré, UNE, FLACSO, 1 vaga (aguardando indicação).

Informes: Professor Carbonari (IFIBE) informou que já havia elaborado individualmente uma proposta inicial de planejamento, mas que compartilharia com os demais membros do GT ao longo da reunião, para debate, contribuições e encaminhamentos.

- *GT de implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos:*

Composição: MEC, MJC, CNE, CONSED, UNDIME.

Informes: integrantes presentes não tinham informes para apresentar. Fernanda (SEDH) apontou a importância do Pacto Universitário nessa pauta, no tocante à Educação Superior.

- *GT de criação, fortalecimento e acompanhamento de instâncias colegiadas e governamentais de EDH nos estados e municípios:*

Composição: IPF, Profa. Nair Bicalho, SEDH, MEC, CNMP.

Informes: o IPF coordena este GT, mas naquele momento não estava presente na reunião. Fernanda (SEDH) informou que não houve encaminhamento entre os membros do GT. Mas destacou como foco do planejamento da CGEDH/SEDH a constituição de um Fórum Nacional dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos, promovendo fortalecimento desses colegiados e aproximação com a esfera nacional. Salete Camba (Flacso) destacou importância desse grupo. Retoma que SEDH e MEC já fizeram levantamentos preliminares desses grupos. Fernanda (SEDH) disponibilizará mapeamento realizado em 2015 dos Comitês de EDH.

- *GT Articulação institucional e internacional:*

Composição: IDDH, SEDH, OEI, UNESCO, MNDH.

Informes: Os integrantes se reuniram em modo virtual (UNESCO, OEI, IDDH e SEDH). Camila (IDDH) informou as ações de mapeamento dos espaços na ONU, na OEA e no MERCOSUL que trabalham as pautas dos Direitos Humanos. O Emb. Silvio Albuquerque (SEDH) informou que o Brasil preside a CPLP a partir de agora, por dois anos, e propôs a temática da EDH para debate entre os países da CPLP. Sugeriu, ainda, que se convide o Itamaraty para apresentar ações possíveis nesse novo campo. Ressaltou que conversará com a Secretária Flávia sobre a atuação junto à CPLP para promover a SEDH e a experiência do Brasil, tentando-se evitar o tom professoral, mas de forma solícita a colaborar com os demais países.

- *GT legislação e agenda parlamentar:*

Composição: SEDH, MEC, MJC, 2 vagas (aguardando indicação).

Informes: os integrantes do GT não se reuniram. Fernanda (SEDH) destacou que é possível agregar a participação da sociedade civil neste GT, que tem representantes apenas governamentais. Carbonari (IFIBE) destacou que essa é a primeira reunião presencial após a instituição das comissões e grupos de trabalho. Considerou esta reunião importante para que as comissões e GTs se efetivem. Elogiou a iniciativa de dedicar espaço na programação para a reunião presencial dos Grupos e Comissões e, ainda, sugeriu que todas as reuniões reservem este espaço. Perguntou se as Comissões e os GTs contam com apoio financeiro para reuniões extraordinárias presenciais. Sugeriu ainda que haja participação governamental no GT de atualização do PNEDH. Fernanda (SEDH) sugeriu que a SEDH e o MEC integrem o GT de atualização do PNEDH. Todos os presentes concordaram e os novos membros foram incluídos no GT. Fernanda (SEDH) apontou dificuldades orçamentárias para apoiar reuniões extraordinárias das Comissões e GTs. Ressaltou a revisão orçamentária que foi realizada limitando inclusive as reuniões ordinárias do CNEDH. O CNMP pediu participação neste GT.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Fernanda Brito (SEDH)

Informou que encaminhará quadro atualizado com os contatos dos GTs e Comissões após esta reunião do CNEDH, incluindo suas atribuições. Agradeceu a possibilidade de participar do Pacto Universitário, que ela considera uma iniciativa brilhante. Estendeu o agradecimento ao embaixador e à secretária Flávia pela proposta do Pacto. E ainda, ao MEC e demais presentes pela parceria. Registrou um agradecimento à sua equipe na CGEDH/SEDH/MJC.

Silvio Albuquerque

Sugeriu a cada um dos presentes que façam contato com suas universidades de origem, para divulgar o Pacto e buscar convencer seus Reitores para a adesão, também de forma pessoal. E agradeceu a presença de todos na reunião.

28/11- Tarde

Reunião e Planejamento das Comissões Permanentes

Fernanda Brito (SEDH)

Retomou os trabalhos da 3ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos informando sobre a organização dos trabalhos referente às Comissões Permanentes e Grupos de Trabalho. Os membros do Comitê sugeriram que, em razão do baixo quórum, os presentes se dividissem em apenas uma ou duas Comissões, conforme prioridade ou maior necessidade para contribuir no avanço dos trabalhos, independentemente da composição original.

Assim, os membros se dividiram em duas Comissões (de Educação Básica e de Educação Não Formal), a fim de elaborar os respectivos planos de ação e planejamentos, a serem apresentados a todo o CNEDH no dia seguinte.

Brasília, 29 de novembro de 2016.

A reunião foi iniciada às 9h30, e contou também com a participação das Professoras Francisca Pini (Instituto Paulo Freire), Nazaré (Especialista) e Daniella Veyga (UNE).

PLANOS DE AÇÃO ELABORADOS PELAS COMISSÕES TEMÁTICAS

Fernanda (SEDH)

Apresentou o Plano de Ação e o Planejamento da Comissão de Educação Não Formal:

Plano de Ação	
Comissão Temática	Educação Não Formal
Coordenação	SEDH
Finalidade	Subsidiar os debates e elaborações do CNEDH no eixo educação não formal do PNEDH
Composição	SEDH, IPF, MINC, IFIBE (participação especial: OEI, CNMP e Profa. Nair Bicalho)
Atribuições	a) elaborar e propor plano de ação da Comissão; b) realizar as ações previstas no Plano de Ação; c) elaborar documentos para subsidiar o plenário do CNEDH; d) apresentar relatórios para subsidiar o plenário do CNEDH; e) elaborar e apresentar pareceres pra subsidiar o plenário do CNEDH
Prazo de duração	Permanente
Periodicidade de reunião	Presencial: coincidentes com o Plenário do CNEDH (com horário específico dentro do programa do Plenário) Virtual: sempre que necessário e pelo menos uma no intervalo das presenciais

Planejamento – Comissão Temática: Educação Não Formal				
	Ação	Produto	Prazo	Responsável
1	Elaboração de proposta inicial do Projeto Político-Pedagógico da Escola Nacional de EDH	Documento com proposta	Abr/2017	CGEDH Consultoria
2	Debate da proposta inicial do Projeto Político-Pedagógico da Escola Nacional de EDH no CNEDH	Relatório da reunião do CNEDH	Abr/2017	CGEDH Consultoria
3	Realização de consulta pública para debate da proposta de Projeto Político-Pedagógico da Escola Nacional de EDH com entidades da sociedade civil	Relatório das reuniões realizadas e das sugestões apresentadas por meio eletrônico	Mai/2017	CGEDH Consultoria
4	Sistematização e aprovação da Proposta Final de Projeto Político-Pedagógico da Escola Nacional de EDH	Documento com Projeto Final	Jun/2017	CGEDH Consultoria
5	Elaboração de Planejamento Estratégico e de Plano Operacional para a implementação da Escola Nacional de EDH	Planejamento Estratégico Plano Operacional	Jul/2017	CGEDH Consultoria
6	Apresentação do Planejamento Estratégico e	Relatório da reunião	Jul/2017	CGEDH Consultoria

	Plano Operacional no CNEDH			
7	Elaboração e discussão de propostas de Projetos de Atividades Formativas para serem desenvolvidas pela Escola Nacional de EDH	Pelo menos três propostas de atividades formativas elaboradas	Ago/2017	CGEDH Consultoria
8	Desenvolvimento de algumas Atividades Formativas a serem definidas com base no Plano Operacional	Atividades Formativas realizadas	Set a Dez/2017	CGEDH Consultoria

Camila de Oliveira Koch (IDDH)

Apresentou o Plano de Ação da Comissão de Educação Básica.

Plano de Ação	
Comissão Temática	Educação Básica
Coordenação	Profa. Nazaré – Especialista
Finalidade	Subsidiar os debates e a elaboração do CNEDH no eixo Educação Básica do PNEDH.
Composição	Professora Nazaré (Especialista); MEC; IDDH; Professora Gina (Especialista)
Atribuições	<ul style="list-style-type: none"> - subsidiar os debates temáticos do CNEDH, com foco no Eixo Educação Básica do PNEDH, propostos pela Plenária e pela Presidência; - Realizar as ações previstas no Plano de Ação; - propor plano de Ação; - solicitar esclarecimentos para melhor apreciar os debates temáticos solicitados por intermédio da coordenação do Comitê; - Elaborar documentos que subsidiem as decisões da Plenária; - Apresentar relatórios e pareceres dentro dos prazos fixados.
Prazo de duração	Permanente
Periodicidade de reunião	<p>Em caráter experimental:</p> <p>Reuniões bimestrais virtuais intercaladas com reuniões quadrimestrais presenciais no âmbito das reuniões do CNEDH</p> <p>➔ Datas previstas:</p> <p>Virtuais: 30/Janeiro; 30/Maio; 30/Setembro</p> <p>Presenciais: 30/Março; 30/Julho; 30/Novembro</p>

Planejamento – Comissão Temática: Educação Básica				
	Ação	Prazo	Produto	Responsável
1	Subsidiar e trabalhar em conjunto com o GT Legislação e Agenda Parlamentar para incidência junto aos parlamentares para esclarecimentos e sensibilização sobre o	15 de março (entrega à coordenação do CNEDH para socialização aos demais integrantes para deliberação na	Plano estratégico para incidência junto aos parlamentares. (mapear projetos e parlamentares e frentes de ação, incluindo visitas e audiências, que	MEC

	projeto de Lei Escola sem Partido, na perspectiva da EDH.	reunião presencial seguinte)	constituam fato político com repercussão na mídia)	
2	Campanha de sensibilização e esclarecimento da comunidade escolar e da população sobre o projeto de Lei Escola sem Partido, na perspectiva da EDH.	15 de março (entrega à coordenação do CNEDH para socialização aos demais integrantes para deliberação na reunião presencial seguinte).	Orientações preliminares para a campanha a serem submetidas para apreciação e contribuições do CNEDH. Incluindo mapeamento de potenciais parceiros.	IDDH
3	Resgate e fortalecimento das iniciativas de implementação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos notadamente na Educação Básica	15 de março (entrega à coordenação do CNEDH para socialização aos demais integrantes para deliberação na reunião presencial seguinte).	Mapeamento das ações preexistentes e definição de novas frentes de ação visando a implementação das Diretrizes.	Professora Gina

Fernanda (SEDH)

Apontou que está em discussão pela SEDH e pelo MEC a criação de um Pacto Nacional pela EDH na Educação Básica, que deve contar com sugestões do CNEDH. Tal iniciativa deve dialogar com a ação nº 3, proposta pela comissão de educação básica.

Professora Gina (Especialista)

Questionou o MEC sobre os materiais já produzidos no âmbito dos cursos de formação para professores em Direitos Humanos.

Rafael (MEC)

Informou sobre as propostas do MEC para reformulação dos cursos de formação de professores e sobre análise e sistematização dos materiais já produzidos para disponibilização de forma acessível.

Professora Nazaré (Especialista)

Comentou sobre sua participação, no dia anterior, com o Diretor da DPEDHUC/SECADI/MEC, Daniel Ximenes, na gravação do Programa “Salto para o Futuro”, da TV Escola. Ressaltou a importância de divulgar esse instrumento. Destacou ainda que poucos professores e gestores conhecem legislações específicas dos temas da diversidade e, em especial, as Diretrizes Nacionais para a EDH. Destacou a importância de diálogo com CNE, CONSED, UNDIME e UNCME para divulgação e formação para a aplicação das diretrizes, e pensar com o MEC estratégias nesse sentido. Relata experiência do Estado do Espírito Santo que elaborou plano estadual de educação

em direitos humanos com participação e debate efetivo dos professores e da comunidade educacional de diversas regiões do Estado.

Professor Carbonari (IFIBE)

Reforçou a necessidade de diálogo do Comitê com os gestores e com os educadores. Relatou que o estado do Rio Grande do Sul fez diretrizes estaduais, mas tão genéricas que não têm efetividade alguma no processo educacional. Falou da importância de levantar os conselhos estaduais e municipais de educação que fizeram resoluções com diretrizes próprias de EDH e os estados da arte de implementação dessas diretrizes. Colocou que é necessário avançar nos programas de livros didáticos e abrir um diálogo consistente com a elaboração de uma Base Nacional Comum Curricular. Há uma série de contribuições de diversas fontes, mas nenhuma contribuição do CNEDH. Destacou o dever do CNEDH se manifestar sobre a Medida Provisória de reformulação do Ensino Médio, que afeta diretamente a educação dos jovens brasileiros. Sinalizou a importância de o CNEDH avaliar se a EDH está nessas duas propostas e se está de forma suficiente e adequada.

Francisca Pini (IPF)

Concordou com as colocações do professor Carbonari e reforçou a importância da campanha de esclarecimento sobre o Projeto de Lei Escola sem Partido. Apontou que secretária Flávia Piovesan se posicionou no dia 13/10 sobre a questão de materiais de formação para a EDH. E sugeriu que tanto os portais do MEC quanto os da SEDH deveriam disponibilizar esses materiais. Destacou que a campanha é necessária e urgente. Informou sobre o lançamento do livro pela Ação Educativa: “Ideologia no Escola sem Partido”.

Rafael Ferrari (MEC)

Concordou com as falas anteriores dos participantes. Relatou que uma série de questões é pautada pelo Congresso com consequências de cerceamento de formação para a diversidade e para a cidadania, na perspectiva da EDH. Relatou que o MEC tem buscado responder de modo a reforçar a necessidade da EDH de forma transversal em todos os campos e áreas de conhecimento, e que os programas do MEC, entre eles o do livro didático, têm buscado contemplar as pautas da EDH. Informou que a SECADI tem um papel interessante dentro do MEC, similar ao da SEDH no âmbito do governo federal, de pautar a EDH nas outras pastas do órgão, como a SESU e a SEB, e que têm sido grandes parceiras, gerando ações concretas, como o Pacto Universitário, e expectativas muito positivas para outras ações em parceria.

Daniella Veyga (UNE)

Apoiou e reforçou a importância de uma campanha de esclarecimento sobre o projeto *Escola sem Partido*. Sugere que seja construída uma campanha com a contribuição dos especialistas, mas com a cara dos estudantes. Apontou a importância dos estudantes nesse processo de resistência aos retrocessos, como a PEC 55, reforma do ensino médio, entre outras ações do governo que acarretam na restrição de gastos com programas sociais e de direitos essenciais como saúde e educação. Destacou a ocupação das escolas e universidades públicas, pelos estudantes, como fator essencial de resistência. E destacou que a campanha é promissora e tem esperança nela.

Silvio Albuquerque

Reafirmou que a Secretária Flávia, como os outros representantes dos órgãos do governo, já se manifestaram contra o Projeto de Lei Escola sem Partido, os Projetos de Lei no Congresso (PL 7180/2014 e PL 867/2015), além da ADI 5537, no Supremo Tribunal Federal. Informou que a AGU também se manifestou contra os projetos que estão no Congresso no momento. E ainda, informou sobre sua próxima agenda no Panamá, numa Audiência Pública na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que pautará questões de Direitos Humanos em diversos âmbitos.

Professora Nair (Especialista)

Informou que é necessário atualizarmos o mapeamento dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos. Relatou a experiência exitosa do Piauí, com comitês Estaduais e alguns municipais. Destacou que para a estruturação da Escola Nacional em Direitos Humanos será necessário um volume maior de recursos. E ainda, que é prioritária a construção da Escola Nacional de Direitos Humanos, que será uma ferramenta importante e de formação permanente da sociedade civil, da mídia e de outros setores.

Professora Nazaré (Especialista)

Reforçou que os Comitês Estaduais de EDH são importantes interlocutores, e que os projetos como a *Escola sem Partido* que pautam a “neutralidade na educação” ferem cláusulas constitucionais como a liberdade de abordagem pedagógica. E ainda, que há um desconhecimento em relação a essas questões por toda a sociedade.

Salette Camba (Flacso)

Reforçou a necessidade de mapeamento dos Comitês Estaduais de EDH, e que também existe uma necessidade de fazer as informações e a legislação chegarem aos professores e gestores. Sobre a pauta da mídia, sugeriu a realização de seminários e workshops de formação.

Professora Gina (Especialista)

Destacou que seu lugar é o de chão da escola. Relatou o caso do professor no DF, que teve suas aulas gravadas por um estudante e, por meio dessas gravações, foi questionado e interpelado por uma Deputada que acionou diretamente a escola sobre a atuação do professor no tratamento das questões de gênero em sala. O professor foi exposto publicamente e perseguido.

Fernanda (SEDH)

Agradeceu a contribuição de todos e relatou a tentativa não muito exitosa de atualização do mapeamento dos Comitês Estaduais de EDH.

Francisca Pini (IPF)

Relatou também as tentativas realizadas para entrar em contato com os Comitês Estaduais de EDH e que foram sem sucesso.

ATUALIZAÇÃO DO PNEDH

Professora Nair Bicalho (Especialista) e Camila Koch (IDDH)

Falaram da necessidade de estratégia para monitoramento do PNEDH.

Professor Carbonari (IFIBE)

Destacou que atualização e revisão são coisas diferentes. Que atualização apenas é ver o que mudou de lá para cá. Já a revisão permitiria incluir metas e mudar outros pontos. Informou que revisão sem balanço e sem avaliação, sem participação social, não seria possível e no mínimo seria ilegítimo. Acrescentou que a primeira questão é entendermos do que se trata: atualização ou revisão? E que isso tem impacto sobre metodologia e sobre processo. Sugeriu que comecemos com um dia inteiro de análise/balanço do PNEDH na próxima reunião do Comitê, convidando pessoas que participaram dos processos de construção. Sugeriu, ainda, um cronograma geral para o processo, de modo a permitir a participação da sociedade civil, considerando que o que se dará será a atualização, por ausência de condições objetivas para realizar uma revisão legítima, da seguinte forma:

1. Primeira reunião do CNEDH em 2017: seminário de balanço do Plano com ao menos um dia de duração e participação de outros especialistas;
2. Grupo de trabalho recolhe e sistematiza contribuições do Comitê;
3. Segunda reunião do ano o GT apresenta proposta de trabalho;
4. Realização de escuta pública; e
5. Terceira reunião do ano: Comitê sistematiza contribuições da consulta pública e apresenta proposta para aprovação.

Silvio Albuquerque (SEDH)

Acredita tratar-se de um falso dilema: o processo de revisão não pode ser pautado pela espera de recursos orçamentários, o que não deve se alterar num curto espaço de tempo. Deve ser possível procedermos ao necessário para uma revisão por outros meios.

Professora Francisca (IPF)

Concordou com o Professor Carbonari (IFIBE) que desencadear um processo de revisão neste momento é dificultado pela situação atual de desmobilização dos Comitês Estaduais de EDH. Acredita que um processo de atualização seria mais coerente com o contexto atual e poderia contribuir para uma maior mobilização dos Comitês.

Professora Nair (Especialista)

Apontou que outras pautas, como a LGBT, hoje já contam com um Conselho, conferindo maior legitimidade, recursos e orçamento para a pauta. É em momentos como este, de limitação do poder de ação do Comitê, que percebemos os problemas que essa falta de legitimidade implica. Não temos um Fundo, nem um Conselho de EDH, o que nos fragiliza e esta fragilidade é desvelada neste

momento em que nos propomos a revisar o nosso plano. Seria necessário ao menos um encontro por estado para garantir legitimidade ao processo.

Professor Carbonari (IFIBE)

Ponderou que não se trata de um falso dilema. Há documentos da pauta desta reunião que falam de atualização e outras que falam de revisão. Revisão implica num outro marco lógico e outros processos metodológicos. Quem tocará os processos? Em 2006, trabalhamos com uma equipe inteira da UFRJ. Para uma revisão são sim necessários recursos e pessoal para os trabalhos. A democracia tem uma dimensão participativa que não podemos sacrificá-la em nome de questões fiscais, não podemos abdicar de princípios fundamentais por questões conjecturais. É necessário adequarmos nossas expectativas e propostas ao que temos em termos de disponibilidade de recursos e pessoal, e acredito que o possível é uma atualização com base no cronograma que coloquei. Não quero que anunciemos uma revisão do PNEDH. Se for anunciado, esse anúncio é irresponsável. Se for anunciada uma revisão, eu estarei fora. Não há condições mínimas para que isso seja realizado. Quero me engajar em um processo que seja responsável. E não se trata de criticar o governo atual, pois também não tínhamos recursos em momentos anteriores para nossas ações e propostas.

Salette Camba (Flacso)

Acredita que haveria formas de iniciar um processo de avaliação e posteriormente decidir se seria necessário um processo de atualização, revisão ou nada. Uma via seria a plataforma de acompanhamento do PNDH-3, que tem pautas de EDH.

Paulo Carbonari (IFIBE)

Concordou que seria possível trabalharmos para a próxima reunião em um levantamento e em uma proposta de balanço e avaliação tanto do PNEDH quanto de recursos disponíveis para decidir se a perspectiva seria de avaliação ou revisão e, após essa decisão, trabalharíamos no traçado de uma metodologia para execução.

Fernanda (SEDH)

Comprometeu-se em dinamizar o processo com o levantamento de recursos e fontes disponíveis. Destaca que o PNEDH é um documento original, pioneiro, referência para a América Latina, que não possuía modelos nos quais se basear. É um documento ótimo, mas com espaços para melhoras.

Paulo Carbonari (IFIBE)

Recolherá as ideias para fazer um termo de referência sobre os trabalhos para definição de revisão/atualização do PNEDH, e enviará como memória para todos os integrantes do Comitê. Se despediu do grupo, em razão de outros compromissos.

Fernanda (SEDH)

Informou que a SEDH se compromete a mapear os recursos disponíveis e o professor Carbonari a sistematizar a proposta de trabalho. E também se comprometeu em encaminhar a sistematização das informações dos planos de ação das comissões e dos grupos de trabalho, com sua composição.

29/11 - Tarde

Francisca Pini (IPF)

Relatou que foi enviado para a Secretária Flávia Piovesan um pedido de posicionamento em 16 de setembro para que haja manifestação institucional em relação à atuação policial na repressão violenta a manifestações sociais (26 jovens e 4 jornalistas, realizadas em 4 de setembro).

Fernanda (SEDH)

O regimento interno do CNEDH prevê a possibilidade de manifestação pública do Comitê. Assim, é importante que o Comitê também tome ciência e se manifeste.

Professora Nazaré (Especialista)

Solicitou que passasse por contribuição do CNEDH o documento que o Brasil enviará à consulta pública na reunião do Comitê Interamericano de Direitos Humanos.

ESTRUTURA DOS MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO DAS QUESTÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA ONU

Apresentação realizada por Luciana Peres, da Assessoria Internacional da SEDH/MJC.

Explicou a estrutura dos mecanismos de acompanhamento das questões de Direitos Humanos no sistema ONU.

Mecanismos de Revisão Periódica Universal (RPU). Ciclos de 4 anos. Brasil está no 3º ciclo.

Em 2008, o Brasil apresentou seu primeiro relatório estabelecendo seus parâmetros de avaliação e implementação. E também sua metodologia de construção de relatórios de forma participativa com a sociedade civil. Em 2008, foram 17 recomendações. Em 2012, foram mais de 150 recomendações. Além disso, a sociedade civil também apresenta um contrainforme. Explica que o relatório não contempla uma boa parte dos avanços porque há limitação de páginas para o relatório. Ficou em consulta pública por cerca de um mês e o prazo encerrou-se no dia 19 de novembro. Deverá ser enviado à ONU em dezembro de 2016. É possível a realização de uma audiência pública na Câmara ou ao Senado por demanda da sociedade civil. Em se concretizando, o Comitê será convidado. Pedido já foi feito ao Legislativo pela sociedade civil, mas ainda não acatado e agendado. Professora Nazaré afirma que não é possível deixar de fora questões importantíssimas referentes a avanços legislativos e de elaboração de diretrizes educacionais que pautam a educação em direitos humanos. Luciana Peres orienta a enviar contribuições ao e-mail da assessoria internacional, para análise da possibilidade de consideração. Luciana convida a todos a ficar atentos ao site da SEDH, pois vários relatórios e documentos estão sendo disponibilizados para consulta pública. São ao todo 6 relatórios pendentes do Governo Brasileiro.

Comissão Interamericana de DH tem solicitado ao governo brasileiro esclarecimentos e informações relacionadas aos casos de manifestações sociais e violência policial contra manifestantes no estado de São Paulo.

Luciana esclarece que para que o CNEDH participe, via governo brasileiro, da Audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos nos dias 5 e 6 de Dezembro, no Panamá, seria necessário credenciá-los como “Estado”, e os integrantes de Comitês não costumam se identificar como “Estado” e falar em nome do “Estado Brasileiro”. Caso contrário, os participantes devem solicitar credenciamento como peticionários, o que dificultaria sua inserção no âmbito da delegação custeada pelo Governo Brasileiro.

Rede Latinoamericana para Prevenção ao genocídio e atrocidades massivas (crimes contra a humanidade e graves violações aos direitos humanos):

- A SEDH do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores e SDH da Argentina iniciaram os debates dessa rede na América Latina com os temas de memória e verdade. Hoje são 18 organizações. O Instituto Auschwitz (AIPR) coordena os trabalhos na América Latina e a experiência de rede regional foi exitosa para criação de rede de prevenção. No Brasil, as pautas podem estar associadas às questões indígenas, mas muito fortemente ao combate às discriminações e à desumanização do outro. Iniciou-se recentemente no âmbito da Rede a se tratar as questões da EDH no campo preventivo às graves violações aos direitos humanos. Projeto piloto em dois países da América Latina a ser implementado: educação para a prevenção de atrocidades na América Latina, pelo AIPR. Dois países escolhidos para implementar esse projeto internamente por dois anos enquanto projeto piloto a ser replicado: Brasil e El Salvador. Estes países receberão fundos para execução da metodologia pelos dois anos. O tema do projeto poderá ser escolhido pelo país, mas a metodologia deverá ser a do AIPR: pautada por ampla participação institucional e social. Não é um projeto pronto, sendo o processo de sua definição tão importante quanto a sua execução efetiva (podendo ser ação de formação, produção de material, outra espécie de intervenção, etc...). Definidas a realização de 3 reuniões para definição e delineamento do projeto a ser realizado. Pensa conjuntamente como promover, via educação, a prevenção às graves violações no Brasil. Clara Ramirez estará presente no último dia dos trabalhos, para a realização da consulta ao CNEDH já no âmbito do projeto, constituindo-se na primeira das 3 consultas. Pautas: apresentar o estado da arte dos direitos humanos no Brasil e apresentar um pouco dos projetos que já existem, para melhor localizar um espaço de inserção para as ações no âmbito do projeto do AIPR.

Informou que o Projeto do AIPR é uma tentativa de impulsionar na América Latina, e depois em outros países, a importância de trabalhar as temáticas de educação e prevenção de graves violações.

Francisca Pini (IPF)

Relatou experiência de curso realizado em 2013, no qual se constatou que o Brasil era o único país da América Latina que possuía um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Luciana Peres (SEDH)

Afirmou que os avanços brasileiros foram um dos fatores que levaram à escolha do AIPR para implementação do projeto piloto. Nota conceitual do projeto explica um pouco melhor do que se trata e será entregue aos integrantes do CNEDH.

Fernanda (SEDH)

Lançou questionamentos ao Comitê se seria viável realizar, no âmbito do projeto com o AIPR, ações já previstas, como a Escola Nacional de Educação em Direitos humanos, a atualização ou revisão do PNEDH, o Fórum dos Comitês Estaduais de EDH.

Professora Gina (Especialista)

Perguntou se o projeto será nacional e qual o valor dos recursos.

Luciana Peres (SEDH)

Respondeu que o alcance do projeto deverá ser decidido no âmbito das consultas. Pode ser nacional ou se decidir realizar um piloto em apenas uma escola. Informou que os recursos do projeto são de 2 milhões de reais, a serem executados em dois anos.

Professora Nazaré (Especialista)

Destacou que a EDH tem sempre dois objetivos centrais: prevenir a violência e a construção de uma cultura de respeito à diversidade. O mais grave problema que nós da EDH temos hoje são os projetos e ações como projeto de lei Escola sem Partido que ameaça os professores que se propõe a tratar as questões de direitos humanos. Os professores estão amedrontados e não podem agir para a implementação de uma série de leis e diretrizes que pautam a EDH. Há graves violação de direitos humanos em curso no Brasil no campo da educação: repressão violenta à ocupação das escolas, cerceamento do trabalho dos professores com temas de direitos humanos, entre outras. O que vamos priorizar e qual vamos eleger como aquela que pode puxar outras pautas.

Salette Camba (Flacso)

Solicitou mais informações sobre qual o papel do CNEDH nesse processo. O CNEDH poderá acompanhar e monitorar o projeto?

Luciana Peres (SEDH)

Esclareceu que realmente o recurso vem sem destinação específica. Esclareceu o papel do CNEDH no processo: a SEDH e a Procuradoria Federal de Direitos do Cidadão (Ministério Público) representam instituições públicas brasileiras que trabalham com prevenção a graves violações dos direitos humanos na Rede Latino Americana. Em cada país, há uma articulação diferente. A ideia do AIPR é trocar experiências no âmbito desta Rede. Alguns países tem trocado experiências entre si, como Brasil e Argentina no campo da Memória e da Verdade.

Também falou de todo o processo de formação desenvolvido globalmente pelo AIPR com metodologia e literatura própria voltada para prevenção de graves violações dos direitos humanos. A base dos processos de genocídio e de graves violações é a construção da desumanização do outro. Luciana acredita que o foco talvez seja provocar a mudança da cultura da violência para a cultura

do respeito. Estudar como se dão as atrocidades no mundo apresenta chaves para compreender esse processo de banalização do outro, com implicações em discriminações e outras violações. EDH está assim, intimamente ligada à prevenção das violações, violências e todas as formas de discriminação. A resposta de como investir melhor esses recursos realmente não está definida e a metodologia do AIPR pressupõe e visa garantir que o processo de consulta pública seja o norteador dos trabalhos. Assim, a SEDH é apenas um ponto focal para facilitar o AIPR nos processos de consulta, indicando, por exemplo, o CNEDH como ator chave para a EDH no Brasil. O que se espera do CNEDH é um debate sobre a realidade dos Direitos Humanos no Brasil para a concepção de um projeto efetivo. A SEDH vai apresentar sua visão e suas propostas de projetos, mas todas as instituições poderão colocar os seus pontos de vista e apresentar suas próprias ideias para o projeto, que será implementado em 8 fases, conforme nota conceitual. O resultado do processo está realmente em aberto.

Saete Camba (Flacso)

Ressaltou que se formos nos dedicar ao projeto do AIPR para a implementação da Escola Nacional de DH, que não tenhamos uma expectativa muito longa, e trabalhemos efetivamente para que ela entre nos próximos orçamentos, de forma contínua.

Francisca Pini (IPF)

A EDH, além da prevenção, trabalha também com a promoção do Direito, sendo até mesmo muito mais assertiva nessa perspectiva. Que pensemos algo piloto com começo, meio e fim, mas já pensando a sua possibilidade de replicação em território nacional. Ainda que seja piloto, surgirão questionamentos sobre critérios de escolha e destinação dos recursos que acabam passando pelo Governo Federal e gerando expectativas de que tenha alcance nacional.

Fernanda (SEDH)

Defendeu que, a exemplo da Escola Nacional de Socioeducação, a criação de uma Escola Nacional tende a ter um custo alto de implementação, mas um custo de manutenção relativamente baixo, com grandes chances de se manter e se desenvolver.

Professora Nazaré (Especialista)

Defendeu que o fortalecimento de conselhos e comitês locais e de grupos de EDH, por meio de rearticulação de redes e de atores, são projetos com boas perspectivas de replicação e desenvolvimento com impacto de grande capilaridade.

Francisca Pini (IPF)

Reforçou que o fortalecimento dos conselhos é uma proposta excelente, mas quais conselhos? São muitos os conselhos e os recursos se mostram pequenos para algo realmente efetivo em termos de formação e articulação e fortalecimento de rede.

Fernanda (SEDH)

Ressaltou que independentemente de financiamento do AIPR, a Escola Nacional de EDH já consta no planejamento da SEDH para ser iniciada em 2017. Deve basear-se na experiência da Escola Nacional do SINASE (ENS), lançada em 2014. Outra experiência que pode ser consultada, conforme sugestão de Salete, é a escola nacional de formação de conselheiros. Fernanda apresentou o Portal da ENS e os dados disponíveis. A proposta da Escola Nacional de EDH é inicial, inacabada e coloca para sugestões. Emendas parlamentares destinaram 1 milhão e 50 mil reais para implementação da Escola Nacional de EDH, considerada uma iniciativa fundamental para a implementação da EDH no país. A Escola Nacional de EDH permitirá à SEDH atuar realmente como órgão nacional, oferecendo conteúdos que contemplem PNEDH, PNDH-3, Diretrizes, etc. Proposta de se começar com 3 cursos de curta duração.

Em um breve levantamento de iniciativas exitosas de EDH, destacou o projeto Respeitar é Preciso, já executado pela prefeitura de São Paulo em parceria com o Instituto Vladimir Herzog.

Francisca Pini (IPF)

Falou sobre o Projeto Respeitar é Preciso, executado em São Paulo por meio de polos regionais e reflete sobre as possibilidades de replicação desse formato para polos de direitos humanos pelo território nacional. No entanto, nas experiências implementadas nas escolas, havia pouca referência às diretrizes e ao Plano Nacional de EDH.

Carla Souto (OEI)

Reforçou que a experiência com os prêmios aponta que raramente as diretrizes ou o PNEDH são apresentados como fundamentos para as experiências inscritas. Importância de tornar as diretrizes e o Plano conhecidos.

Professora Nazaré (Especialista)

Falou que havia sido feita a proposta à SEDH nos dez anos do PNEDH para que se fizesse um grande portal para visibilizar e disponibilizar as experiências e avanços realizados. Como os cursos de formação do MEC para professores ou materiais publicados. Destacou ainda as dificuldades, avanços e superações nos processos de implementação dos cursos de formação de professores, do MEC, desde os cursos presenciais até os cursos EAD. Afirma que as demandas dos professores são prioritariamente por especialização, pois é esse título que as redes de ensino reconhecem. Disse com emoção sobre a superação das dificuldades para formar especialistas em EDH em regiões remotas do país que concluem a formação com um plano de ação para suas escolas. E acredita que uma plataforma permanente materialize a ação para além de uma execução. A plataforma deve prever espaço de construção dos próprios professores online. Afirma que não temos o Estado da Arte da EDH nas escolas. É necessário cumprirmos essa tarefa inicial prevista no Programa Mundial de EDH. A Escola Nacional dará cara a uma política nacional de EDH.

Francisca Pini (IPF)

Afirmou que na ausência de um instrumento próprio devemos aproveitar os disponíveis, como a rede UAB com o MEC.

Thaís Ribeiro (SEDH)

Apresentou o Portal do Pacto Nacional Universitário de Educação em Direitos Humanos. Acredita que o censo nacional da educação superior pode ser fonte de informação para levantamento de dados para o mapeamento do estado da arte da EDH no ensino superior. Tais informações serão também utilizadas para elaboração dos planos de trabalho de cada instituição.

Fernanda (SEDH)

Informou que o CNEDH faz parte da Comissão Nacional de implementação do Pacto Nacional Universitário de EDH. O conteúdo da Escola Nacional deverá ser aberto a todos para acesso e replicação sem custos ou necessidade de formalização de inscrição. Esta será exigida nos casos em que couber certificação. É uma proposta de nacionalização e substituição da política de ações de varejo que era de difícil monitoramento.

Daniel Arruda (SEDH)

Sugeri que o foco para coleta de informações junto ao MEC seja ampliado do censo da educação superior para todo o SINAES, inclusive resgatando a interlocução entre DPEDHUC e o INEP no primeiro semestre de 2016 e os resultados efetivos na alteração dos instrumentos de avaliação.

Thaís Ribeiro (SEDH)

Propôs exercício de chuva de ideias para levantar os pontos prioritários nos aspectos de prevenção e de promoção.

Professora Gina (Especialista) e professora Nazaré (Especialista)

Falaram da importância do foco no professor para o seu empoderamento para tratar as questões de direitos humanos, já que hoje ele se encontra acuado pelos projetos de lei como o Escola sem Partido.

Professora Nazaré (Especialista)

Questionou o que foi feito após 4 anos para implementação efetiva das diretrizes. E que o Pacto Universitário vem pra cumprir as diretrizes na educação superior, mas o que fazer em relação à educação básica. Quem é o público estratégico da Escola Nacional de DH?

Francisca Pini (IPF)

Questionou se o MEC topa uma atuação de promoção dos direitos humanos para os professores da educação básica.

Fernanda (SEDH)

Apontou que, com o lançamento do Pacto Universitário, é natural o questionamento sobre educação básica. Esclareceu que o MEC já promove a formação de professores. Assim, acredita que a escola de formação em DH da SEDH não deva se dedicar a esse público, evitando a sobreposição de competências.

Thaís Ribeiro (SEDH)

Levantou que é possível imaginar vários produtos finais para o projeto do AIPR, em diversos formatos, como aplicativo de celular, cartilha, portal, publicação, etc... Mas seria interessante pensar um material que seja autossustentável, que permaneça para além do financiamento do projeto. Reflete se uma proposta de formação não teria um alcance mais restrito.

Professora Nazaré (Especialista)

Relatou a experiência de manutenção da plataforma da Rede Brasil que permanece online e sendo acessada por pessoas de todo o Brasil. Assim, reforça que é necessário deixar o conteúdo todo disponível livremente.

Daniel Arruda (SEDH)

Apontou experiências interessantes do MEC além da UAB para formação de professores que podem inspirar iniciativas da Escola Nacional de Formação: PNAIC, MOOC da SETEC e a própria UAB.

Professora Gina (Especialista)

Apontou que nossas escolas não possuem grêmios estudantis, que seriam uma instância importante para empoderamento juvenil e EDH. Colocar o foco nos jovens como sujeitos de transformação da escola e da comunidade.

Francisca Pini (IPF)

Reforçou este ponto, lembrando das ocupações das escolas pelo Brasil. Segundo carta conceitual: foco deve ser crianças e jovens.

Thaís Ribeiro (SEDH)

Sugeriu colocar a pauta da tecnologia social para o projeto do AIPR.

Francisca Pini (IPF)

Concordou com outras sugestões, falou da possibilidade de foco do projeto nos jovens em ocupações, apostando em seu protagonismo e potencial de replicação.

Professora Nazaré (Especialista)

Reforçou que independente de qual seja a ação a ser executada pelo Projeto do AIPR, que seja implementada como ação no âmbito da Escola Nacional de DH, para promover seu lançamento e fortalecimento.

Professora Nair (Especialista)

Disse que o Brasil está atrasado na participação dos jovens em grêmios estudantis. Legislação brasileira é muito antiga nesse quesito e não tem processos de estímulo a essa forma de participação. É uma proposta de organização horizontal com grande potencial de formação de

lideranças e processos realmente democráticos. Propõe que pela Escola Nacional de Formação se atue para a formação e empoderamento dos jovens e sua organização em grêmios.

Saete Camba (Flacso)

Destacou a importância de participação da Secretaria Nacional de Criança e do Adolescente.

Fernanda (SEDH)

Agradeceu a participação de todos e convidou para a consulta do AIPR a ser realizada no dia seguinte (30/11).

Informes:

- Dia 7 de Dezembro, 14h, o governo brasileiro apresentará em audiência pública no Congresso Nacional o seu relatório para a Revisão Periódica Universal. Camila Koch está disponível para levar contribuições de outros integrantes que quiserem se manifestar em relação ao documento.

ENCAMINHAMENTOS

SEDH

1. alterar Portaria nº 372, de 25 de agosto de 2015, para incluir Vice-presidência na estrutura do CNEDH, garantindo a participação da sociedade civil nessa função, e possibilitando contemplar essa alteração no Regimento Interno;
2. disponibilizar mapeamento realizado em 2015 dos Comitês Estaduais de EDH.
3. convidar Itamaraty para próxima reunião do CNEDH, a fim de propor a temática da EDH para debate entre os países da CPLP, cuja presidência está a cargo do Brasil pelos próximos dois anos.
4. reservar momento de encontro presencial para Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho em todas as Reuniões Ordinárias do CNEDH;
5. encaminhar quadro atualizado com os contatos dos GTs e Comissões, incluindo suas atribuições;
6. iniciar próxima reunião com um dia inteiro para análise e balanço do PNEDH, convidando pessoas que participaram dos processos de construção.
7. fazer levantamento de recursos e fontes disponíveis para revisão/atualização do PNEDH.
8. Acionar DPEDHUC/MEC para resgatar interlocução com INEP, a fim de verificar resultados efetivos na alteração dos instrumentos de avaliação do SINAES;

CNEDH – GT de revisão do PNEDH:

1. SEDH e MEC integrarem o GT de atualização/revisão do PNEDH;
2. fazer levantamento e proposta de balanço e avaliação do PNEDH;
3. Prof. Carbonari: sistematizar proposta de trabalho para definição sobre revisão ou atualização do PNEDH;

TODOS:

1. acionar universidades de origem, para divulgar o Pacto e buscar convencer seus Reitores para a adesão, também de forma pessoal.